



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Educação e Política Social.

Educação superior e ensino remoto: notas sobre os limites ao processo de formação em Serviço Social

Flávia Melo Lopes¹

Resumo: A educação, enquanto política pública reconhecida pelo Estado brasileiro, aglutina aspectos de importação de modelos e reformas que não consideram as particularidades do país. A pandemia mundial da COVID-19, escancarou níveis de desigualdade em todas as dimensões da vida humana, sobretudo, a política educacional tem sido impactada nas formas de acesso, oferta de serviços e ensino. Sendo assim, o presente trabalho intenta refletir sobre a modalidade de ensino remoto emergencial adotada pela Universidade Federal de Sergipe, em cursos de graduação. Parte-se das experiências em componentes curriculares da graduação em Serviço Social nos semestres 2020.1 e 2020.2 sob a ótica das condições objetivas de cumprimento dos conteúdos, participação e índices de aproveitamento discente, evasão e retenção acadêmicas.

Palavras-chave: “Educação Superior”; “Ensino remoto”; “Serviço Social”.

Higher education and remote education: notes on the limits to the training process in Social Work

Abstract: Education, as a public policy recognized by the Brazilian State, brings together aspects of importing models and reforms that do not consider the particularities of the country. The global pandemic of COVID-19 opens up levels of inequality in all dimensions of human life, above all, educational policy has been impacted in terms of access, provision of services and teaching. Therefore, the present work intends to reflect on the modality of emergency remote teaching adopted by the Federal University of Sergipe, in undergraduate courses. It starts with the experiences in the curricular components of graduation in Social Work in the semesters 2020.1 and 2020.2 from the perspective of the objective conditions of compliance with the contents, participation and student achievement rates, academic evasion and retention.

Keywords: “Higher Education”; “Remote teaching”; “Social work”.

1 Introdução

A educação, enquanto política pública reconhecida pelo Estado brasileiro, integra um conjunto de determinações que vêm desde o processo de colonização e formação do território nacional, aglutinando aspectos de importação de modelos e reformas que não consideram as particularidades do país. Nesse sentido, é a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – ainda do período ditatorial – que passa a reconhecer a estrutura estatal de organização da política, sendo aperfeiçoada na década de noventa do século vinte com a vigência do texto que regula os níveis educacionais atuais. A reestruturação e expansão do ensino superior, que marcam o primeiro decênio dos anos dois mil, sinalizou inúmeros desafios que desembocaram em alterações na modelagem da oferta dos cursos, no impacto sobre acesso

¹ Doutora em Serviço Social e professora do curso de Serviço Social -UFAL-Palmeira dos Índios. Email: flavia.lopes@palmeira.ufal.br.

e permanência de estudantes, na precarização das condições de trabalho docente, entre outros. A segunda década, vem sendo refratada pela adesão nacional ao projeto ultraneoliberal que incide sobre a própria sobrevivência das instituições públicas de ensino superior, revelando frações da realidade antes inimagináveis. Na esteira do quadro apontado, a pandemia mundial da COVID-19, escancara níveis de desigualdade em todas as dimensões da vida humana, sobretudo, a política educacional tem sido impactada nas formas de acesso, oferta de serviços e ensino. Sendo assim, o presente trabalho intenta refletir sobre a modalidade de ensino remoto emergencial adotada pela Universidade Federal de Sergipe, em cursos de graduação, a partir da realidade impulsionada pela pandemia COVID-19, normatizado pela Resolução nº26/2020/CONEP. Parte-se das experiências em componentes curriculares da graduação em Serviço Social nos semestres 2020.1 e 2020.2 sob a ótica das condições objetivas de cumprimento dos conteúdos, participação e índices de aproveitamento discente, evasão e retenção acadêmicas.

A educação enquanto um patrimônio social construído pela humanidade através das relações sociais, fortalece-se à medida que homens e mulheres reconhecem o valor do conhecimento, dos aprendizados primários que se desenvolvem na família, nos grupos, em manifestações culturais, na política etc. Assim, Brandão (2007) compreende que:

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 2007, p. 4).

Compreendida e inserida no contexto do capitalismo, a educação, enquanto parte fundamental do “modo de vida” estabelecido na ordem burguesa, cumpre uma dupla e estratégica função para o capital, tanto na *dimensão da estrutura* (econômica) – na

medida em que apresenta mecanismos que auxiliam na produção e reprodução do capital, na obtenção da mais-valia e da exploração da força de trabalho – quanto na *dimensão da superestrutura* (política), contribuindo ideologicamente para a manutenção da ordem burguesa, seus interesses, práticas, valores, normas, inculcações, reproduzindo-a à medida em que se desenvolve a própria formação do sujeito humano. Sob uma perspectiva crítica de análise, Mészáros (2008) assinala que:

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2008, p. 35, grifos nossos).

Este controle, esta “camisa-de-força” citada por Mészáros (2008), no qual a educação historicamente se constituiu, dentro das próprias funções do modo de produção capitalista, permitiu uma profunda interferência nas mais variadas dimensões da vida (social, econômica, política, cultural etc.), sob diferentes e amplas formas. Uma das principais delas – o trabalho – com os processos de exploração e alienação que se multiplicam nas outras dimensões e transformam as relações em processos objetificados e mercadorias. É nesse caminho que a institucionalização da educação, enquanto processo de formação ideológica para o atendimento e alcance de um projeto societário, vai se estabelecendo numa sociedade em que a contradição de classe e a sobreposição dos interesses de uma em detrimento da outra, adquire status de hegemonia e direciona ideologicamente os espaços de decisão. Como nas ideias apontadas a seguir:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada”, isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Apesar de compreender os limites que a educação institucionalizada apresenta, nos moldes estabelecidos pelo modo de produção capitalista, concebemos que é neste espaço, também, que muitas contradições aparecem, principalmente pelas possibilidades de acesso a

saberes que podem potencializar a construção de um novo projeto de sociedade, e que possibilite descortinar e superar desigualdades, discriminações, opressões. Esse entendimento comunga com o entendimento de Perrot (2007) ao afirmar que "[...] o direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações [do movimento feminista]. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer". (PERROT, 2007, p. 159).

No Brasil, a educação escolarizada é ainda um “projeto”, de algum modo, recente. Somente em meados do século XX, a legislação institui as primeiras formas organizadas e estruturadas dos serviços educacionais, que, no último decênio do referido século, passam por alterações através da Lei 9.394 de 1996.

A década de 1990, também carrega alterações na esfera econômica que incidem diretamente nas políticas sociais, especialmente pela adesão aos preceitos neoliberais e contrarreformistas. A educação pública tem sido impactada e ameaçada constantemente, e em todos os níveis. No ensino superior, a realidade vem acompanhada por cortes orçamentários, precarização das condições de trabalho dos docentes e trabalhadores, ampliação de financiamento público – através de programas de bolsas, etc.- para instituições privadas.

2. O ensino remoto sob as determinações impostas pela pandemia covid-19 e a relação com a formação em serviço social.

O trânsito entre o final do ano de dois mil e dezenove para o ano de dois mil e vinte, registram os primeiros casos de coronavírus² no mundo, especialmente na China. Esse cenário repercute alterações paradoxais em escala planetária. Na América Latina, o primeiro³ caso registrado, ocorreu no Brasil, cidade de São Paulo no mês de fevereiro de dois mil e vinte. De lá pra cá, as instituições de saúde constroem protocolos de orientações coletivas, avança na vacinação e orienta o distanciamento social para prevenção da propagação do vírus.

² Para maiores informações <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.

³ Consultar <https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-primeiro-caso-brasil/>.

Em função do distanciamento provocado pela pandemia da COVID-19, as instituições escolares, nos diversos níveis de oferta, também sofrem alterações, incluindo a adesão a práticas remotas para realização do ensino/aprendizagem.

Na Universidade Federal de Sergipe, a suspensão total das atividades de ensino permaneceu de março de dois mil e vinte até outubro do mesmo ano, quando o Conselho de Ensino e Pesquisa – CONEPE, aprovou a Resolução nº 26⁴ de 02 de setembro de 2020, inaugurando a adoção do ensino remoto emergencial para o semestre 2020.1 que iniciou em dezenove de outubro do mesmo ano.

A concepção de atividades remotas emergenciais, prevista na resolução, define “o conjunto de atividades acadêmicas realizadas nos componentes curriculares com mediação tecnológica a fim de garantir atendimento educacional essencial durante o período de restrições para realização de atividades com a presença física de estudantes na unidade de ensino superior”, essa concepção estabeleceu um plano de atividades que incorpora conceitos de aulas “síncronas” e “assíncronas”, meios para realização do ensino remoto, com a obrigatoriedade do uso de plataformas e ambientes virtuais recomendados pela instituição, entre outros.

3 Adoção do ensino remoto e experiências em componentes curriculares da graduação em Serviço Social nos semestres 2020.1 e 2020.2.

O Serviço Social, em sua longa trajetória de mais de oitenta anos no Brasil, traz marcas históricas – desde sua gênese – que se entrecruzam com as dinâmicas conjunturais. A partir dos anos de 1960, em seu movimento de renovação profissional, um dos grandes eixos de debate, girou em torno da inserção das faculdades isoladas ao novo cenário do ensino universitário presencial. As décadas seguintes imprimem a profissão, desafio em construir um projeto com direção social crítica e vinculado à classe trabalhadora. Especialmente, a partir da

⁴ Disponível em https://www.ufs.br/uploads/page_attach/path/12061/RESOLUC_807_A_771_O_N_26-2020_CONEPE_1_.pdf

década de 1990, a revisão das diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, pautam-se na defesa do ensino laico, público e referenciado.

A expansão dos cursos em Serviço Social, a partir da primeira década do século XXI, impõem desafios sobre a ampliação da oferta de vagas em instituições públicas. A mercantilização da formação superior, com o crescimento exponencial de cursos privados e à distância, são pontos que convergem para o cenário de desmonte dos direitos e das políticas públicas.

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em 2015, publicou o primeiro documento sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social e aponta entre outros elementos, que a incompatibilidade se constitui a partir da oferta “fast food”; a existência de Projeto Pedagógico em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS e MEC e a dinâmica do curso; preocupações quanto ao perfil da tutoria em consonância com os instrumentos regulatórios do exercício e formação profissionais; fragilização na garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão; condições de funcionamento dos pólos EAD; cumprimento da Lei de Estágio 11.788/2008, da Resolução CFESS 533/2008 e da Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Na esteira dos desafios sobre a formação profissional em Serviço Social, e, a partir do cenário pandêmico, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, em maio de 2021, lança documento sobre a formação em Serviço Social e ensino remoto emergencial. O documento tem por finalidade “*subsidiar amplo debate sobre a formação em Serviço Social e os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e indicar orientações que visam defender os princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1996) e na Política Nacional de Estágio (PNE) (ABEPSS, 2010)*”.

A partir desse movimento da realidade e das experiências remotas em componentes curriculares ofertados na graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe entre os semestres 2020.1 e 2020.2, apresentam-se alguns dados que indicam alguns limites e desafios à formação profissional.

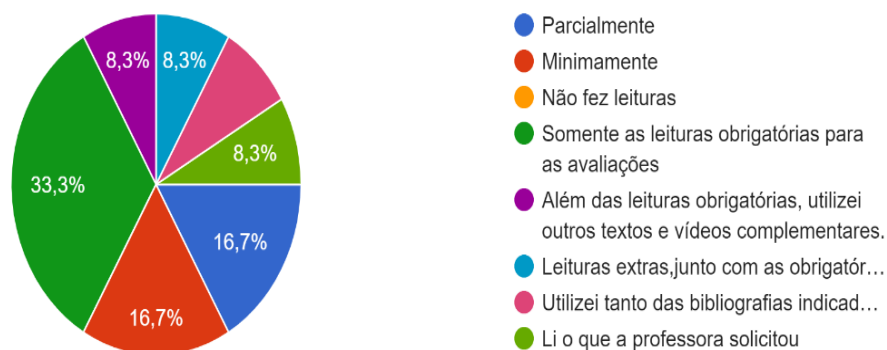
Para a coleta de dados, realizou-se aplicação de formulário google em duas turmas da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II, com doze respondentes em um total de 37 discentes que concluíram a disciplina. Além de avaliação dialogada com as turmas de Seguridade Social.

Entre alguns elementos de destaque, observa-se que o perfil de matrículas no curso de Serviço Social, em mais de 90% é de discentes do sexo feminino, o que está associado a origem da profissão e a “feminização de áreas” no mundo do trabalho, com campos supostamente mais aderentes a homens ou mulheres, que significam a extensão do mundo privado. Estas estudantes, como o conjunto dos trabalhadores, apresentam desafios para conciliar trabalho, estudos e cuidados domésticos ou maternidade.

Gráfico 1- Leitura dos textos

Qual seu nível de leitura dos textos?

12 respostas



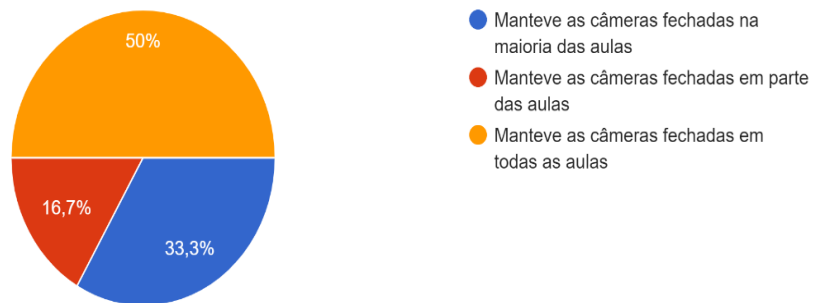
No gráfico 1, observa-se que a leitura como componente obrigatório no processo formativo, tem sido comprometida e reduzida ao mínimo exigido. Entre leituras mínimas, parciais e somente as leituras obrigatórias para as avaliações há um total de 66,7% dos respondentes. O hábito da leitura no Brasil é uma questão que vem se apresentando ao longo dos anos em disputa com outras variáveis, entre elas, novas formas de ocupação do tempo livre,

uso de equipamentos tecnológicos e redes sociais. Em pesquisa⁵ realizada pelo instituto pró-livro a média de leitura anual por brasileiro é de 2,4. Mesmo em distanciamento social, os estudantes disputam o tempo livre com a interação social em redes.

Gráfico 2- Interação nas salas virtuais

Sobre a interação nas salas virtuais

12 respostas



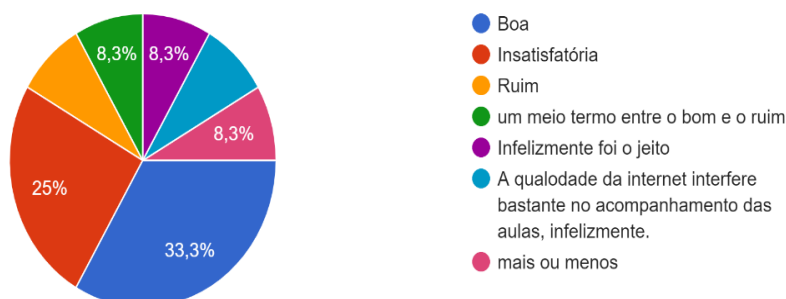
O gráfico 2 demonstra a interação nas salas virtuais. Em 50% das aulas síncronas, os(as) discentes mantiveram as câmeras fechadas na maioria das aulas; 33,3 % em todas as aulas e 16,7% em parte das aulas. A sala de aula remota, expressa através da tela do computador e da apresentação dos discentes em círculos identificados pela inicial do nome ou em algumas situações a fotografia, representa os limites da interação horizontalizada que se supõe ocorrer em ambiente presencial. As justificativas para manutenção das câmeras fechadas vão desde as limitações provocadas pelo ambiente privado doméstico, até limitações da oferta de rede de internet.

⁵ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/jovens-leem-mais-no-brasil-mas-habito-de-leitura-diminui-com-a-idade.shtml>

Gráfico 3- Avaliação da modalidade do ensino remoto

Como você classificaria a modalidade de ensino remoto

12 respostas

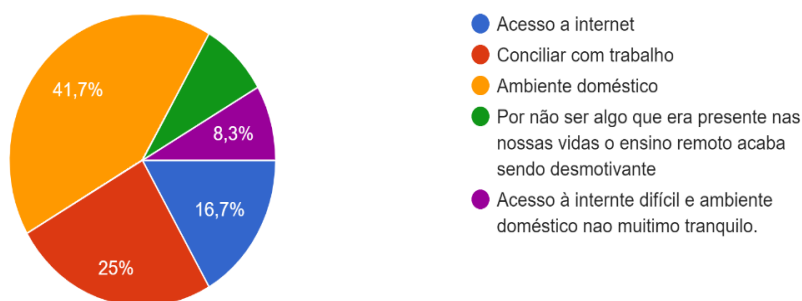


Sobre a avaliação da modalidade do ensino remoto, 33,3% consideram bom. Entre as considerações positivas há justificativas da economia de tempo na relação entre o deslocamento do trabalho até a instituição de ensino. 41,6% consideram insatisfatório e ruim, em função da carga horária ser dividida em aulas síncronas e assíncronas, e comprometimento com a participação em atividades práticas na relação formativa, especialmente estágio curricular obrigatório e a qualidade da internet para acompanhamento das aulas. Os demais respondentes informam que seria um meio termo entre o bom e o ruim 8,3%; infelizmente foi o jeito 8,3%; mais ou menos 8,3%;

Gráfico 4- Desafios para cursar a disciplina remotamente

Quais os maiores desafios para cursar a disciplina remotamente

12 respostas



No campo dos desafios o Gráfico, 41,7% indicam o ambiente doméstico; 25% conciliar com trabalho; 16,7% acesso a internet; 8,3% por não motivar; 8,3% acesso a internet e ambiente doméstico. Entre os desafios apontados e coadunando com àqueles apontados pela

ABEPSS (2021): o adoecimento mental, físico (também pelo acometimento do coronavírus), vulnerabilidades informacionais e socioeconômicas têm interferido em aspectos da retenção acadêmica.

4 Considerações

O ensino remoto emergencial, considerado em sua transitoriedade, acirra desigualdades já presentes no espaço acadêmico e que reforçam a ampliação dos processos de precarização do trabalho docente, já que, as condições para realização do próprio trabalho são criadas pelo(a) trabalhador(a). Do ponto de vista da formação, também acirra a incompatibilidade já assinalada pelas entidades representativas do Serviço Social, através do CFESS e ABEPSS. Cabe destaque sobre a relevância das ações de assistência estudantil para superação das condições de vulnerabilidades informacionais e tecnológicas, contudo, os critérios de seletividades cada vez mais acirrados a partir da retração das funções estatais refletem limites em sua efetivação.

Referências

ABEPSS. **A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial**. Brasília. 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos, 20.

BRASIL. **Lei. 9.394**, 20 de dezembro de 1996. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. República federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/ldb.pdf>

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Vol. 1. Brasília. 2015. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf

UFS. **Resolução nº 26 de 02 de setembro de 2020/CONEPE**. São Cristóvão. 2020. Disponível em: https://www.ufs.br/uploads/page_attach/path/12061/RESOLUC_807_A_771_O_N_26-2020_CONEPE_1.pdf

MÉSZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.